Baldeação, sem sair dos trilhos (fim - 1a. parte)

JORGE ANTONIO

Para retomar o tema que venho desenvolvendo a respeito de atos inacabados praticados pelo Morgado de Mateus no que concerne a Campinas, resta-me aqui dar os últimos toques para o término da baldeação, que se circunscrevem praticamente ao documental relativo à sesmaria como imperiosa para o povoamento. Como toda a história de Portugal do período da formação da nacionalidade e sua afirmação envolve a importância e a indispensabilidade da sesmaria para a ocupação e povoamento do solo — mesmo na fase anterior à legislação específica que tomou o nome do sistema (Lei das sesmarias, 1375), tenho à vontade para minha escolha toda uma diversificada série de diplomas nesse sentido, em particular aqueles vigorantes ao tempo de D. Dinis, dito o rei povoador, cujo governo precedeu de mais de um século a D. Fernando, que foi quem promulgou a lei. Não obstante, — e como na sequência do tema central das minhas crônicas terei oportunidade de traçar o itinerário da legislação pertinente a ocupação e povoamento do solo no mundo português, perquirindo as peculiaridades de cada reinado e também cada dinastia, desde os primórdios, contento-me com trazer aqui detalhes da diplomática a respeito, a partir do nascimento do Brasil — vale dizer, aqueles documentos oriundos da chancelaria de D. João III, um pouco antes mesmo do advento das chamadas capitânicas hereditárias. Um pouco antes, realmente, porquanto os primeiros documentos que ligam Martim Afonso de Sousa à nossa história são datados de alguns anos precedentes à implantação desse sistema de administração territorial (*) que ocorreu, como sabemos, em 1534, com Duarte Coelho em março e Martim Afonso em outubro, pelo menos no que toca à papelada, pois a presença física dos donatários é posterior (exclusive Martim Afonso — que nos interessa — que nunca pisou no solo brasileiro como donatário, mas apenas, em período anterior, como capitão-mor de mar e terra). Não é assunto, porém, para esta crônica. Hoje, o que importa é a documentação a evidenciar que a sesmaria ordenou o povoamento do Brasil e a provar que não se fundava povoação nem se instalava vila ou cidade sem primeiro se distribuírem sesmarias aos povoadores, aos moradores, para o estabelecimento da vizinhança, desde a fase rural da ocupação do solo. (*) O que disse Varnhagem sobre "capitania" antes, é matéria para outro estudo).

Nesse sentido, vejamos a primeira concessão de sesmaria em terras do Brasil — antes mesmo da implantação das donatárias. Como eu disse, começou com Martim Afonso de Sousa — antes que este povoador fundasse a primeira povoação e, seguidamente, a primeira vila na América portuguesa (que foi São Vicente). Dou os pontos essenciais do documento, reproduzindo o texto atualizado, para facilidade de leitura, sem prejuízo da autenticidade nem do estilo:

"Carta para o capitão-mor dar terras de sesmaria —

D. João etc... A quantos esta minha carta virem faço saber para que as terras que Martim Afonso de Sousa do meu conselho achar ou descobrir na terra do Brasil, aonde o envio por meu capitão-mor, que se possam aproveitar e por esta minha carta lhe dou poder para que ele... possa dar às pessoas que consigo levar, às que na dita terra quiserem

viver e povoar, aquela parte das terras que assim achar e descobrir, que bem lhe parecer e segundo o merecerem as ditas pessoas por seus serviços e qualidades para as aproveitarem e as terras que assim der o será somente nas vidas daqueles a quem as der e mais não. E as terras que lhe parecer bem poderá para si tomar, porém tanto até m'o fazer saber; e aproveitar e granjear no melhor modo que puder e vir que é necessário para bem das ditas terras e das que assim der às ditas pessoas lhes passará suas cartas, declarando nelas que lh'as dá em suas vidas somente. E que dentro em 6 anos do dia da dita dada, cada um aproveite a sua e se no dito tempo assim o não fizer, poderá (M. Afonso) tornar a dá-las com as mesmas condições a outras pessoas, que as aproveitem. E nas ditas cartas que assim der irá trasladada esta minha carta de poder para se saber, a todo tempo, como o fez por meu mandado, e lhe ser inteiramente guardada a quem a tiver. E o dito Martim Afonso me fará saber as terras que achou para poderem ser aproveitadas; e a quem as deu; e quanta quantidade a cada um; e as que tomou para si; e disposição delas, para eu o saber e mandar nisso o que bem me parecer. E porque assim me apraz, lhe mandei dar esta minha carta, por mim assinada e selada, com o meu selo pendente. Dada em Vila de Crasto Verde, a 20 dias do mês de novembro — Fernão da Costa a faz — ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quinhentos e trinta anos."

Como se observa, neste primeiro documento, o direito é exclusivamente privado, mas já com a condição de povoamento, ao lado do aproveitamento, duas figuras obrigatórias para a validade da concessão ou doação. Essa característica, de essência privada, vai logo deixar de ser exclusiva, inscrevendo-se no diploma, igualmente, uma figura de direito público, qual seja a de ficar o rei, em cada doação, com a faculdade de tomar parte da terra dada a particular, para erigir vila, no que é implícita a povoação. De qualquer forma, o cuidado da coroa, na doação, era, desde o início, tanto o de aproveitamento como o de povoamento, ambos recursos de ocupação, posse e, por via de consequência e de conquista, domínio universal. Como já venho repetidamente advertindo, as questões específicas de sesmaria serão estudadas em capítulo à parte. Deixo, assim, de tecer considerações críticas relativas às confusões originadas das diversas interpretações, dadas à figura, por estudiosos, entre os quais se incluem os historiadores. O propósito, nesta resposta, é o de comprovar documentalmente que não se povou o Brasil sem o instituto da sesmaria — esta sempre foi, no período — o primeiro ato legítimo, tanto da autoridade concedente como do particular para exercer seu direito de ocupação e permanência — além de conservar outros direitos, como o da transmissão, cessão, isenção etc.

Assim, mantendo-nos na diretriz da baldeação, prossigamos. E o fazemos trazendo um conceito de Paulo Merêa ("A solução tradicional da colonização do Brasil, — 1926):

"Ao fazer a análise das doações e forais encontramos-nos em frente de uma série de disposições direta ou indiretamente destinadas àquilo que, a par da defesa militar, constitui o objetivo fundamental da política colonial portuguesa no

Brasil durante esse período: o povoamento e aproveitamento da terra. "Porquanto — palavras textuais e bem significativas de uma carta de sesmaria — por a dita terra se povoar, aproveitar e defender é necessário aos primeiros povoadores fazer todo favor e liberdade."

"Favor e liberdade", diz o documento, e isso traduzia não apenas a política reinol portuguesa, mas era a praxe surgente (que depois se firmou) das monarquias que se instituíram na Idade Média, sob a égide e beneplácito da Sé romana. A medida que os monarcas consolidavam (também com a ajuda das concessões) seu poder, gradativamente absolutista, firmados no propósito da implantação da Fé — motivo e justificativa do "placet" papal, surgiam eles como de "origem divina" no seu mando. Por essa mesma razão, a doação, para alcançar o objetivo da conquista cristã, através da continuidade, da presença do ocupante (moradores), se apresentava desonerada de qualquer outra condição ou tributo que não o do "dizimo a Cristo". Isenções que abrangiam mesmo aquelas principais de obrigatoriedade de serviço militar nas hostes do rei. Era a segurança, a garantia de que a ocupação, para o aproveitamento, teria a sua continuidade lógica, com a permanência do morador, que redundava no povoamento crescente (ninguém vive só, pelo menos por muito tempo, por isso que o inecumeno (ermo) não é da índole do homem). E já porque uma das condições para a doação de um trato de terra (as proporções variaram no tempo, por razões explicáveis) era a de povoar — o que implicava o "casal", que representa sempre, o mínimo da família.

As monarquias cristãs da Idade Média — sufocando paulatinamente, com apoio popular — a força feudal de ricos e poderosos senhores, instituíram, também gradativamente, o sistema da ocupação sem grandes exigências de número ou quantidade de moradores, generalizando-se como a modalidade "colonial" de ocupação e afirmação de conquista. Um exemplo, nesse sentido, anterior ao surto do Descobrimento "americano", mas já vigente a sistemática da sesmaria, é este do reinado de Afonso V, de Portugal, e que sintetiza a tese que afirma a doação como condição indispensável para o povoamento, no mundo português:

"A fundação desta vila (Vila Nova de Portimão concelho de Portugal — Província do Algarve, distrito de Faro) data do século XV. Em 1463, concedeu o rei Afonso V a 40 moradores do lugar de Portimão licença para fundar uma povoação no local da atual vila. De acordo com a Carta de concessão, os moradores da nova povoação ficavam isentos de tributos de toda classe, inclusive do alistamento às forças de mar e terra. Estes privilégios foram confirmados em oito de junho do ano seguinte." (Espasa - Calpe, vol. 68 - pg. 1310)

Toma assim, corpo, o regime da concessão, de terras, já aplicado desde os primeiros dias da nacionalidade — e mais acentuado com D. Dinis — ligando-se às condições de responsabilidade cívica de cada um: o direito administrativo aliado ao direito constitucional para fortalecimento nacional. O rei dava terras e deixava o morador sossegado por algum tempo — para constituir família, povoar, enfim, produzindo. E isso se repetiu progressivamente na monarquia "colonial"... até chegarmos ao tempo do Morgado — cujos exemplos, como os relativos às doações aos "donatários", serão objeto da segunda parte deste sinal. (Infelizmente, é um questão de espaço).